

Com relação aos poderes administrativos, julgue o item.

(QUADRIX 2022/CREMERN/CONTROLE INTERNO) A aplicação de multas de trânsito constitui ato do poder público decorrente do poder de polícia, sendo indelegável aos particulares.

Gabarito: certo

(CESPE/TRE-ES/ANALISTA JUDICIÁRIO/ ÁREA: JUDICIÁRIA) Ainda que não lhe seja permitido delegar o poder de polícia a particulares, em determinadas situações, faculta-se ao Estado a possibilidade de, mediante contrato celebrado, atribuir a pessoas da iniciativa privada o exercício do poder de polícia fiscalizatório para constatação de infrações administrativas estipuladas pelo próprio Estado.

Gabarito: certo

Acerca dos poderes e dos deveres do administrador público, julgue o item.

(QUADRIX 2021/CRP-MS) A sanção aplicada a uma empresa contratada pelo Poder Público por falhas na execução de um contrato representa o exercício do poder de polícia.

Gabarito: errado

Acerca dos poderes e dos deveres do administrador público, julgue o item.

(QUADRIX 2021/CRP-MS) Ao exercer o poder de polícia, o Estado invade a esfera privada, não para pôr à disposição da população utilidades ou comodidades, mas para restringir, limitar, condicionar ou ordenar o exercício de atividades desempenhadas pelos particulares.

Gabarito: certo

Determinado órgão público firmou contrato administrativo com uma empresa de reconhecida especialização no mercado, para a prestação de serviços de treinamento de pessoal de natureza singular aos seus servidores. Durante a execução do contrato, a empresa descumpriu uma das cláusulas contratuais. A administração pública, então, aplicou multa por inexecução parcial do acordado. Insatisfeita, a empresa impetrou mandado de segurança no Poder Judiciário em face do ato administrativo que aplicara a penalidade sem prévia oitiva. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem:

(CESPE 2021/PRF/POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL) A aplicação da multa em questão decorre do poder administrativo disciplinar.

Gabarito: certo

Determinado agente da Polícia Federal revelou um segredo sobre uma operação policial que seria realizada para deter uma quadrilha de traficantes. Ele havia se apropriado desse segredo em razão do seu cargo. Tendo a operação fracassado, a administração da Polícia recebeu uma denúncia sobre o ocorrido e abriu processo administrativo disciplinar contra o referido servidor. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes. 25 O servidor, em razão do seu ato, está sujeito à pena de demissão.

(CESPE 2021/DPF/AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL) O processo aberto contra o servidor caracteriza poder de polícia administrativo.

Gabarito: errado

(FCC 2022/TRT 14ª REGIÃO/AMALISTA JUDICIÁRIO) Ao interditar determinada atividade empresarial porque desprovida de licença de funcionamento e de documentos comprobatórios da realização de vistoria pelo órgão competente, destinados a atestar que a edificação está em conformidade com os requisitos contra incêndio, o Poder Público

- a) não age no exercício do poder de polícia, vez que esta corresponde sempre a uma atividade negativa.
- b) age no exercício do poder de polícia, utilizando-se de medida repressiva.
- c) age no exercício do poder de polícia, utilizando-se de medida preventiva, que, diversamente da medida repressiva, dispensa autorização judicial.
- d) age no exercício do poder de polícia, utilizando-se de ato normativo.
- e) não age no exercício do poder de polícia, vez que a ação narrada depende de prévia autorização judicial.

Gabarito: b

(FGV 2022/TRT 13ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO-OFICAL DE JUSTIÇA) O açougue Alfa praticou infração administrativa por violação a normas de defesa do consumidor e vigilância sanitária, em razão de a exposição à venda de produtos impróprios ao consumo. Agentes da vigilância sanitária realizaram inspeção no local e o PROCON, mediante regular processo administrativo, aplicou lícitamente a sanção administrativa de multa prevista em lei à sociedade empresária do açougue Alfa. No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a aplicação da multa decorre do poder da administração pública denominado poder

- a) hierárquico.
- b) disciplinar.
- c) de polícia.
- d) de saúde pública.
- e) de defesa do consumidor.

Gabarito: c

(CESPE 2022/MC/ADMINISTRAÇÃO) No exercício do poder de polícia, a administração pública pode editar atos de caráter normativo com conteúdo genérico e abstrato, tal como resolução que discipline o exercício de determinada profissão.

Gabarito: certo

(FGV 2022/SEFAZ-ES/CONSULTOR DE TESOIRO) O Estado Alfa deseja delegar seu poder de polícia, inclusive a aplicação de multas, a pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública indireta. No caso em tela, de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão do Estado Alfa é

- a) inconstitucional, pois a fase do ciclo de polícia de sanção de polícia não pode ser delegada à pessoa jurídica de direito privado, ainda que integrante da Administração Pública indireta e prestadora de serviço público.
- b) inconstitucional, pois o poder de polícia é de exercício próprio de servidores públicos concursados integrantes da administração pública direta, haja vista que impõe ato de império com coercibilidade.
- c) constitucional, desde que a entidade tenha capital social, ainda que parcial, público e preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, sendo dispensada lei em sentido formal.
- d) constitucional, desde que o faça por meio de lei e a entidade tenha capital social majoritariamente público e preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- e) constitucional, desde que o faça por meio de lei e que a entidade preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial e a delegação se limite às fases do ciclo de polícia de consentimento e fiscalização de polícia,

Gabarito: d

► Atributos do poder de polícia (ou características)

a) discricionabilidade;

(CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO) O poder de polícia dispõe de certa discricionariedade, haja vista o poder público ter liberdade para escolher, por exemplo, quais atividades devem ser fiscalizadas para que se proteja o interesse público.

Gabarito: Certo

b) autoexecutoriedade;

(CESPE 2015/DPU/DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO) A multa, como sanção resultante do exercício do poder de polícia administrativa, não possui a característica da autoexecutoriedade.

Gabarito: Certo

Considerando os poderes administrativos, notadamente o poder hierárquico, o poder regulamentar e o poder de polícia, julgue o item.

(QUADRIX 2022/CRT/FISCAL) O uso do poder de polícia, impondo restrição aos particulares, necessariamente deverá ser precedido de autorização judicial.

Gabarito: errado

c) Coercibilidade

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

(CESPE 2022/SEE-PE/PROFESSOR) O atributo da coercibilidade do poder de polícia torna obrigatório o cumprimento do ato imposto pela administração no exercício desse poder, independentemente da vontade do administrado.

Gabarito: certo